

Brasil PCH S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, ao Conselho de Administração e à Diretoria da
Brasil PCH S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Brasil PCH S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Brasil PCH S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 12 de fevereiro de 2025

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG

A. Oliveira
Alexandre Borges de Oliveira
Contador
CRC nº MG 119313/O-3

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023		explicativa	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
ATIVOS CIRCULANTES						PASSIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	8	47.432	83.589	105.291	108.140	Fornecedores		81	24	1.533	432
Aplicações financeiras	9	11.997	8.931	13.593	12.850	Seguros a pagar	27	3.279	3.858	3.279	3.858
Contas a receber de clientes	10	-	-	182.650	176.312	Debêntures	16	186.425	162.556	186.425	162.556
Dividendos a receber	12.c	171.609	177.914	-	-	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		31	31	2.519	2.426
Impostos a recuperar		1.587	1.793	6.858	7.844	Impostos, contribuições e taxas a recolher	18	31	3.409	41.107	30.222
Despesas antecipadas		38	44	4.990	5.900	Dividendos a pagar	21.c	253.331	140.720	253.331	140.720
Partes relacionadas	13	3.279	3.858	-	-	Provisão para férias		-	-	2.231	2.194
Outros ativos circulantes		-	-	305	1.030	Receita diferida	19	-	-	4.251	4.143
Total dos ativos circulantes		235.942	276.129	313.687	312.076	Instrumento financeiro derivativo - SWAP	16	25.417	19.419	25.417	19.419
						Provisões para compromissos futuros	17	-	-	8.261	8.380
						Passivo de arrendamento		448	683	448	683
						Outros passivos	1.2	-	-	108.169	81.577
						Total dos passivos circulantes		469.043	330.700	636.971	456.610
ATIVOS NÃO CIRCULANTES						PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Impostos e contribuições diferidos		-	-	396	242	Debêntures	16	214.251	385.063	214.251	385.063
Impostos a recuperar		-	2.645	209	2.854	Instrumento financeiro derivativo - SWAP	16	36.620	61.076	36.620	61.076
Depósitos judiciais	11	5.104	3.400	20.604	23.177	Provisões para compromissos futuros	17	-	-	31.295	44.955
Outros ativos não circulantes		-	-	287	287	Passivo de arrendamento		173	879	173	879
Investimentos em controladas	12	827.846	841.505	-	-	Impostos, contribuições e taxas a recolher	18	5.069	-	16.330	8.867
Imobilizado	14	1.095	2.380	928.733	949.166	Provisões para riscos	20	647	635	4.854	4.185
Intangível	15	118	119	20.880	21.658	Total dos passivos não circulantes		256.760	447.653	303.523	505.025
Total dos ativos não circulantes		834.163	850.049	971.109	997.384						
						Total dos passivos		725.803	778.353	940.494	961.635
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21				
						Capital social		109.032	109.032	109.032	109.032
						Dividendos adicionais propostos		210.508	221.753	210.508	221.753
						Reservas de lucros		21.806	21.806	21.806	21.806
						Ajuste de avaliação patrimonial	16	2.956	(4.766)	2.956	(4.766)
								344.302	347.825	344.302	347.825
TOTAL DOS ATIVOS		1.070.105	1.126.178	1.284.796	1.309.460	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.070.105	1.126.178	1.284.796	1.309.460

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	22	-	-	697.658	717.591
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA	23				
Custos com depreciação e amortização	23	-	-	(39.958)	(37.213)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	1.2 e 23	-	-	(26.592)	(25.348)
Custos com pessoal		-	-	(21.197)	(20.100)
Custos com manutenção		-	-	(13.991)	(12.554)
Encargo de uso dos sistemas elétricos de distribuição (EUSD)		-	-	(10.924)	(11.024)
Custos com seguros		-	-	(10.866)	(11.043)
Custos com operação		-	-	(3.376)	(2.136)
Taxas setoriais		-	-	(1.202)	(1.105)
Custos com meio ambiente		-	-	(868)	(413)
Outros custos		-	-	(364)	(432)
Total do custo das vendas de energia		-	-	(129.338)	(121.368)
LUCRO BRUTO		-	-	568.320	596.223
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)	23				
Despesas com pessoal e administradores		(284)	(283)	(12.849)	(14.496)
Despesas administrativas e gerais		363	373	(2.265)	(1.458)
Depreciação e amortização	23	(858)	(768)	(859)	(757)
Serviços de terceiros	23	(942)	(600)	(3.830)	(4.204)
Tributos	23	(21)	(11)	(238)	(615)
Outras receitas (despesas) operacionais	23	(2)	100	(736)	(464)
Receita com indenizações recebidas	1.3	-	-	-	3.797
		(1.744)	(1.189)	(20.777)	(18.197)
Resultado de equivalência patrimonial	12	491.878	532.846	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		490.134	531.657	547.543	578.026
Despesas financeiras	24	(75.525)	(92.012)	(79.980)	(95.065)
Receitas financeiras	24	9.056	8.828	15.485	12.802
Total do resultado financeiro		(66.469)	(83.184)	(64.495)	(82.263)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		423.665	448.473	483.048	495.763
Corrente	25	-	-	(59.391)	(47.385)
Diferido	25	-	-	8	95
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	25	-	-	(59.383)	(47.290)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		423.665	448.473	423.665	448.473
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ORDINÁRIA - R\$		4,50	4,76	-	-
QUANTIDADE MÉDIA PONDERADA DE AÇÕES		94.187.831	94.187.831	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		423.665	448.473	423.665	448.473
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado:					
Ganho (perda) de valor justo de instrumentos de hedge durante o exercício	16.b	7.722	(3.356)	7.722	(3.356)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		<u>431.387</u>	<u>445.117</u>	<u>431.387</u>	<u>445.117</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados controladora	Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimônio Líquido Controladora	Patrimônio Líquido Consolidado
		Reserva legal						
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	109.032	21.806		246.854	-	(1.410)	376.282	376.282
Dividendos adicionais distribuídos referente a 2022 (R\$ 2,62 por ação)	21 (b)	-	-	(246.854)		-	(246.854)	(246.854)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	448.473	-	448.473	448.473
Destinações:							-	-
Dividendos declarados imputado ao mínimo obrigatório (R\$ 1,19 por ação)					(112.118)	-	(112.118)	(112.118)
Dividendos declarados adicional (R\$ 1,22 por ação)	21 (b)	-	-	-	(114.602)	-	(114.602)	(114.602)
Dividendos adicionais propostos (R\$ 2,35 por ação)	21 (b)	-	-	221.753	(221.753)	-	-	-
Valor justo em "Hedge" de fluxo de caixa	16 (b)	-	-	-		(3.356)	(3.356)	(3.356)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	109.032	21.806		221.753	-	(4.766)	347.825	347.825
Dividendos adicionais distribuídos referente a 2023 (R\$ 2,35 por ação)	21 (b)	-	-	(221.753)	-	-	(221.753)	(221.753)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	423.665	-	423.665	423.665
Destinações:							-	-
Dividendos declarados imputado ao mínimo obrigatório (R\$ 1,12 por ação)	21 (b)				(105.916)	-	(105.916)	(105.916)
Dividendos declarados adicional (R\$ 1,14 por ação)	21 (b)	-	-	-	(107.241)	-	(107.241)	(107.241)
Dividendos adicionais propostos (R\$ 2,23 por ação)	21 (b)	-	-	210.508	(210.508)	-	-	-
Valor justo em "Hedge" de fluxo de caixa	16 (b)	-	-	-		7.722	7.722	7.722
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	109.032	21.806		210.508	-	2.956	344.302	344.302

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		423.665	448.473	483.048	495.763
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível	14, 15 e 28	-	-	841	63
Receita com indenizações recebidas	1.3	-	-	-	(3.797)
Juros e atualizações monetárias sobre debêntures	16 e 24	61.770	84.793	61.770	84.793
Atualização financeira sobre depósitos judiciais	24	(1.535)	-	(4.306)	(336)
Atualização financeira sobre impostos a recolher	24	1.535	-	3.930	-
Atualização financeira sobre aplicações financeiras		(1.140)	(1.250)	(2.590)	(3.337)
Atualização financeira sobre compromissos futuros	17	-	-	966	764
Atualização financeira sobre contratos de aluguéis		12	16	12	16
Depreciação e amortização, líquidos dos efeitos dos créditos tributários de Pis e Cofins	23	858	768	40.817	37.970
Equivalência patrimonial	12	(491.878)	(532.846)	-	-
Prêmio de risco repactuação do risco hidrológico	1.2 e 23	-	-	26.592	25.348
Constituição do ajuste MRE		-	-	4.613	4.144
Apropriação do ajuste do MRE	1.1	-	-	(4.466)	468
Impostos e contribuições diferidos sobre ajuste MRE		-	-	(154)	(130)
Instrumentos financeiros derivativos	16 e 24	9.639	4.534	9.639	4.534
Custo de transação de Debêntures	16 e 24	1.338	1.338	1.338	1.338
Constituição (Reversão) de Provisão para riscos, líquida	20	(17)	94	389	42
Atualização sobre provisões de riscos	20	62	139	352	1.376
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes		-	-	(6.338)	(14.637)
Impostos a recuperar		2.851	263	(13.500)	2.816
Despesas antecipadas		6	(1)	4.189	3.148
Outros ativos		579	(1.312)	686	(487)
Fornecedores		56	-	189	146
Seguros a pagar		(579)	1.334	(3.858)	(2.524)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		-	(3)	93	15
Impostos e contribuições a recolher		159	415	947	(18.545)
Provisão de férias		-	-	37	(111)
Pagamento provisão para riscos	20	(33)	-	(72)	(203)
Depósitos judiciais		(169)	(424)	(1.002)	(2.219)
Pagamento compromissos futuros	17	-	-	(5.292)	(4.940)
Outros passivos		-	-	8	(1)
Caixa gerado pelas operações		7.179	6.331	598.878	611.477
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:					
Juros recebidos sobre instrumento financeiro "Swap"	16	4.238	9.228	4.238	9.228
Juros pagos sobre debêntures	16	(50.438)	(71.448)	(50.438)	(71.448)
Juros pagos sobre contratos de aluguéis		(12)	(13)	(12)	(13)
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		-	-	(28.273)	(40.764)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(39.033)	(55.902)	524.393	508.480
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Dividendos recebidos	12.c	511.842	563.507	-	-
(Aplicações) Resgates em aplicações financeiras		(1.926)	3.333	1.847	3.006
Aquisição de imobilizado e intangível	14, 15 e 28	(86)	(544)	(22.135)	(9.114)
Indenização do sinistro do ativo imobilizado	1.3	-	-	-	3.797
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		509.830	566.296	(20.288)	(2.311)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Dividendos pagos	21 (C)	(322.300)	(332.854)	(322.300)	(332.854)
Pagamento de principal de debêntures	16	(159.613)	(166.116)	(159.613)	(166.116)
Pagamento de arrendamento		(428)	(614)	(428)	(614)
Instrumentos derivativos pagos	16	(24.613)	(18.324)	(24.613)	(18.324)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(506.954)	(517.908)	(506.954)	(517.908)
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(36.157)	(7.514)	(2.849)	(11.739)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
No início do exercício	8	83.589	91.103	108.140	119.879
No fim do exercício	8	47.432	83.589	105.291	108.140
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(36.157)	(7.514)	(2.849)	(11.739)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Brasil PCH S.A. (“Companhia”, “Controladora” ou “Brasil PCH”), constituída em 23 de março de 2005, iniciou suas operações em 4 de abril de 2006, por meio da PCHPAR - PCH Participações S.A. (“PCHPAR”), investida que controla indiretamente 13 Sociedades de Propósito específico (“SPEs”) titulares de Autorizações de emissão da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) para exploração de 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”) com potência instalada de 291,5 MW, pelo período de 30 anos, podendo ser prorrogadas por igual período nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.783/2013, com redação dada pela Lei nº 13.360/2016, regulamentada pelo Decreto nº 9.158/2017. A Companhia, em conjunto com a PCHPAR e as SPEs, constituem o Grupo Brasil PCH (“Grupo”).

A Companhia tem por objeto a implementação de pequenas centrais hidrelétricas, seja diretamente ou indiretamente, bem como toda e qualquer atividade que seja relacionada à administração, construção, planejamento, operação e manutenção de pequenas centrais hidrelétricas e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de pequenas centrais hidrelétricas.

As SPEs estão inscritas e contratadas no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”), tendo firmado Contratos de Compra e Venda da totalidade da Energia (“CCVEs”) por elas gerada, pelo prazo de 20 anos, contados do início de sua operação comercial. Ressalta-se, que, em 07 de junho de 2023, a Eletrobras cedeu tais contratos à Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (“ENBPar”), em cumprimento ao previsto na Lei nº 14.182/2021 que dispõe acerca da desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”), originalmente signatária dos CCVEs.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou no balanço patrimonial da Controladora, capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 233.101 (R\$54.571 em 31 de dezembro de 2023) e no balanço patrimonial consolidado, o capital circulante líquido negativo de R\$ 323.284 (R\$144.534 em 31 de dezembro de 2023). A Administração entende que não existe risco de continuidade operacional, visto que o fluxo de suas receitas é estável e conhecido a partir da comercialização da energia no âmbito do PROINFA, sendo suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

A seguir breve resumo informativo das 13 PCHs. As informações acerca da capacidade instalada e da garantia física das controladas da Brasil PCH não foram examinadas pelos auditores independentes.

- Funil Energia S.A. (“Funil”)

A PCH Funil está localizada no rio Guanhães, no Município de Dolores de Guanhães (MG), com capacidade instalada de 22,5 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores¹ de 14,54 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 5 de março de 2008 e o término de sua autorização se dará em 23 de junho de 2041, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

¹ A Garantia Física calculada para as 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas da Companhia, a partir da energia assegurada definida para os empreendimentos pela ANEEL, deduzidas (i) as perdas na rede elétrica e (ii) o consumo interno, totalizam o montante de 191,01 MW médios.

A Funil ingressou com ação judicial contra à União questionando o mecanismo de revisão de garantia física previsto na Portaria MME nº 463/2009, tendo obtido, em 23 de novembro de 2015, decisão liminar restabelecendo o montante original de sua garantia física, operacionalizada por meio da Portaria SPE/MME nº 383/2015, retornando de 13,09 MW médios para o seu valor original (14,54 MW médios). Outrossim, conforme Portaria MME nº 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física, tendo sido criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente. Desde então, aguarda-se a disponibilização da proposta de nova metodologia, em Consulta Pública a ser instaurada pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

- São Joaquim Energia S.A. (“São Joaquim”)

A PCH São Joaquim está localizada no rio Benevente, no Município de Alfredo Chaves (ES), com capacidade instalada de 21 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores¹ de 13,28 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 17 de abril de 2008 e o término de sua autorização se dará em 12 de outubro de 2041, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

- Santa Fé Energética S.A. (“Santa Fé”)

A PCH Santa Fé I está localizada no rio Paraibuna, no Município de Três Rios (RJ), com capacidade instalada de 30 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores¹ de 26,10 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 9 de maio de 2008 e o término de sua autorização se dará em 14 de novembro de 2041, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

- Carangola Energia S.A. (“Carangola”)

A PCH Carangola está localizada no rio Carangola, no Município de Carangola (MG), com capacidade instalada de 15 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores¹ de 9,57 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 25 de junho de 2008 e o término de sua autorização se dará em 13 de janeiro de 2042, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

- Jataí Energética S.A. (“Jataí”)

A PCH Jataí está localizada no rio Claro, no Município de Jataí (GO), com capacidade instalada de 30 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores¹ de 20,35 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 30 de julho de 2008 e o término de sua autorização se dará em 20 de fevereiro de 2042, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

- Bonfante Energética S.A. (“Bonfante”)

A PCH Bonfante está localizada no rio Paraibuna, no município de Simão Pereira (MG), com capacidade instalada de 19 MW e garantia física definida nos bornes do gerador¹ de 13,48 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 2 de agosto de 2008 e o término de sua autorização se dará em 6 de março de 2042, nos termos da Resolução Autorizativa Aneel nº 14.896/2023.

A Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (ABRAGEL) ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante original da garantia física do empreendimento, operacionalizada por meio da Portaria SPE/MME 267/2015, retornando de 12,17 para o seu valor original (13,48 MWmédios). Outrossim, nos termos da Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física, tendo sido criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente. Desde então, aguarda-se a disponibilização da proposta de nova metodologia, em Consulta Pública a ser instaurada pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

- Irara Energética S.A. (“Irara”)

A PCH Irara está localizada no rio Doce, no Município de Jataí (GO), com capacidade instalada de 30 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores¹ de 18,21 MWmédios. Iniciou sua operação comercial em 6 de setembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 7 de abril de 2042, Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

- Calheiros Energia S.A. (“Calheiros”)

A PCH Calheiros está localizada no rio Itabapoana, no Município de Bom Jesus do Itabapoana (RJ), com capacidade instalada de 19,5 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores¹ de 10,92 MWmédios. Iniciou sua operação comercial em 12 de setembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 08 de maio de 2042, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

- Caparaó Energia S.A. (“Caparaó” ou “Fumaça IV”)

A PCH Fumaça IV está localizada no rio Preto, no Município de Dorcas do Rio Preto (ES), com capacidade instalada de 4,5 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores¹ de 2,61 MWmédios. Iniciou sua operação comercial em 30 de dezembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 14 de outubro de 2042, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME nº 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante original da garantia física do empreendimento, operacionalizada por meio da Portaria SPE/MME nº 267/2015, que retornou de 2,36 para o seu valor original (2,61 MWmédios). Outrossim, nos termos da Portaria MME nº 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física, tendo sido criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente. Desde então, aguarda-se a disponibilização da proposta de nova metodologia, em Consulta Pública a ser instaurada pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

- Monte Serrat Energética S.A. (“Monte Serrat”)

A PCH Monte Serrat está localizada no rio Paraibuna, no Município de Comendador Levy Gasparian (RJ), com capacidade instalada de 25 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores¹ de 18,28 MWmédios. Iniciou sua operação comercial em 13 de fevereiro de 2009 e o término de sua autorização se dará em 3 de dezembro de 2042, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME nº 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante da garantia física original do empreendimento, operacionalizada por meio da Portaria SPE/MME nº 267/2015, que retornou de 17,37 para o seu valor original (18,28 MWmédios). Outrossim, nos termos da Portaria MME nº 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. Desde então, aguarda-se a disponibilização da nova metodologia em Consulta Pública a ser instaurada pelo MME.

- São Simão Energia S.A. (“São Simão”)

A PCH São Simão está localizada no rio Itapemirim, no Município de Alegre (ES), com capacidade instalada de 27 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores¹ de 15,20 MWmédios. Iniciou sua operação comercial em 17 de fevereiro de 2009 e o término de sua autorização se dará em 16 de dezembro de 2042, nos termos da Resolução Autorizativa Aneel nº 14.896/2023.

- São Pedro Energia S.A. (“São Pedro”)

A PCH São Pedro está localizada no rio Jucu Braço Norte, no Município de Domingos Martins (ES), com capacidade instalada de 30 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores¹ de 18,41 MWmédios. Iniciou sua operação comercial em 16 de junho de 2009 e o término de sua autorização se dará em 13 de junho de 2043, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME nº 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante original de garantia física do empreendimento, operacionalizada por meio da Portaria SPE/MME nº 267/2015, que retornou de 17,49 para o seu valor original (18,41 MWmédios). Outrossim, nos termos da Portaria MME nº 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física, tendo sido criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente. Desde então, aguarda-se a disponibilização da proposta de nova metodologia, em Consulta Pública a ser instaurada pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

- Retiro Velho Energética S.A. (“Retiro Velho”)

A PCH Retiro Velho está localizada no rio da Prata, no Município de Aporé (GO), com capacidade instalada de 18 MW e garantia física definida nos bornes dos geradores¹ de 13,15 MWmédios. Iniciou sua operação comercial em 16 de junho de 2009 e o término de sua autorização se dará em 30 de maio de 2043, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME nº 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante original de garantia física, operacionalizado por meio da Portaria SPE/MME nº 267/2015, retornando de 12,49 para o seu valor original (13,15 MWmédios). Outrossim, nos termos da Portaria MME nº 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física, tendo sido criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente. Desde então, aguarda-se a disponibilização da proposta de nova metodologia, em Consulta Pública a ser instaurada pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Ajustes Financeiros – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Consolidado

As SPEs controladas indiretamente pela Brasil PCH participam do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), tendo, seu risco hidrológico compartilhado com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, considerando que os contratos de compra e venda de energia existentes foram firmados no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das SPEs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

Desta forma, os ajustes financeiros referentes ao exercício de 2023 foram descontados e/ou adicionados no faturamento das SPEs em 12 parcelas ao longo do exercício de 2024. Para o período findo em 31 de dezembro de 2024, o efeito líquido dos ajustes financeiros no faturamento foi no valor total de R\$ 4.466 (R\$ 468 em 31 de dezembro de 2023).

As rubricas impactadas para o período findo em 31 de dezembro de 2024 foram “outros ativos circulantes”, no montante de R\$ 237 (R\$ 2.413 em 31 de dezembro de 2023) e “receita diferida” no montante de R\$ 4.703 (R\$ 1.945 em 31 de dezembro de 2023).

1.2. Repactuação do risco hidrológico (“RRH”) – Consolidado

As SPEs, todas integrantes do MRE, aderiram à repactuação do risco hidrológico (“RRH”), nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, de modo a transferir integralmente o risco hidrológico no âmbito dos CCVEs para o consumidor final, mediante pagamento do prêmio de risco no valor de R\$ 9,50/MWh, na data-base de janeiro/2015, anualmente atualizado pelo IPCA. O pagamento desse prêmio será devido até o fim da vigência dos CCVEs.

No ano de 2020, as SPEs foram notificadas pela Eletrobras (conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Eletrobras cedeu, em 7 de junho de 2023, os contratos firmados com as SPEs à ENBPar) de que, a partir do mês de julho daquele exercício, o recolhimento do prêmio de risco hidrológico seria efetivado mediante desconto no pagamento da primeira parcela do faturamento mensal da venda de energia realizada pelas SPEs, no próprio mês de sua realização, não sendo, portanto, incluído no cálculo dos ajustes financeiros previstos nos CCVEs.

Em 24 de agosto de 2020, as SPEs apresentaram notificações de controvérsia à Eletrobras, manifestando a sua discordância quanto ao procedimento por ela adotado para desconto dos valores relativos ao prêmio de risco hidrológico. Em 21 de setembro de 2020, a Eletrobras se pronunciou acerca das notificações enviadas pelas SPEs, informando que havia encaminhado o assunto para análise da sua área jurídica e tributária, bem como que estaria avaliando a necessidade de consulta à ANEEL antes de dar retorno às companhias sobre o caso. Em 11 de março de 2021, as SPEs apresentaram nova manifestação à Eletrobras, ratificando o teor das notificações de controvérsia.

Em 17 de agosto de 2020, a ABRAGEL entrou com pleito referente à operacionalização do pagamento do prêmio de risco hidrológico na forma de desconto incluso na instrução de faturamento. Em 29 de dezembro de 2023 a ENBPar emitiu o ofício nº 838/2023/ENBPar, concluindo pelo não acolhimento do referido pleito. De momento, a Companhia acompanha as discussões acerca do tema no âmbito da ABRAGEL.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a ENBPar realizou, mensalmente, o desconto referente ao prêmio de repactuação de risco hidrológico, na primeira parcela das faturas emitidas pelas SPEs. Em 31 de dezembro de 2024, o custo total do prêmio de repactuação do risco hidrológico foi de R\$ 26.592 (R\$ 25.348 em 31 de dezembro de 2023), o qual está registrado no resultado do exercício do Grupo, na rubrica “Prêmio de Risco (Repactuação do Risco Hidrológico)”, em contrapartida da provisão constituída no passivo circulante sob a rubrica “Outros Passivos”, a qual monta, em 31 de dezembro de 2024, em R\$ 108.169 (R\$ 81.577 em 31 de dezembro de 2023). Considerando o referido desconto realizado pela ENBPar e os pleitos atualmente existentes, o Grupo possui o montante de R\$ 105.917 (R\$ 79.424 em 31 de dezembro de 2023) registrado sob a rubrica contas a receber de clientes, conforme mencionado na nota explicativa 10.

1.3. Túnel de Adução da Santa Fé Energética S.A. (“Santa Fé”) - Consolidado

Em agosto de 2020, a Santa Fé inspecionou o túnel de adução do empreendimento com uso de veículo submersível remotamente operado (“ROV”), quando foi possível identificar o colapso parcial da estrutura, com danos na parede lateral e abóbada.

As intervenções necessárias à recuperação da estrutura foram devidamente programadas, tendo sido iniciadas no mês de maio de 2021 e finalizadas no mês de julho do mesmo ano.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Santa Fé reconheceu em seu resultado a baixa contábil do valor residual dos ativos no trecho danificado do túnel de adução, no valor de R\$940, enquanto os gastos despendidos com a recuperação da estrutura do túnel de adução, também durante o exercício de 2021, foram reconhecidos como ativo imobilizado, sob a rubrica “Reservatório, Barragem e Adutora”.

No âmbito da cobertura de seguros de riscos operacionais, foi instaurado o processo de regulação junto à seguradora com vistas ao devido amparo securitário, tendo sido indenizado à Companhia os montantes de R\$ 17.500 e R\$ 3.797, nos exercícios de 2022 e 2023, respectivamente, totalizando a importância de R\$ 21.297, reconhecida no resultado sob a rubrica de “Receita com Indenizações Recebidas”, encerrando, assim, o sinistro.

2. IMPACTOS DE NOVAS LEGISLAÇÕES E NORMAS

Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024

As normas brasileiras de relatório financeiro novas ou revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas novas e revisadas normas, aplicáveis a Companhia, não teve qualquer impacto nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras:

Norma	Descrição da alteração
IAS 1/ CPC 26: Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulante	As alterações 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes no final do período de relatório, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas no final do período de relatório, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras – Passivo Não Circulante com Covenants	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. Segundo, as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.
Alterações a IAS 7/ – Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações—Acordos de Financiamento de Fornecedores	As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. O termo ‘acordos de financiamento de fornecedores’ não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações.
IFRS 16/ CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retroarrendamento (‘Sale and Leaseback’) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as novas normas ou revisões relacionadas a seguir, as quais já estão emitidas e ainda não vigentes.

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IAS 21 /CPC 02	Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade
IFRS 18/CPC 26	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, bem como de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelas normas da ANEEL.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.2. Bases de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade, estando classificados como circulantes quando esperada que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1. Continuidade operacional

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, expectativa razoável de que o Grupo possua recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4.2. Segmentos operacionais

O Grupo atua em um único segmento operacional, considerando tratar-se de empresa holding detentora do controle indireto sobre 13 SPEs titulares de Autorização para exploração, respectivamente, de 13 PCHs, e que, portanto, sua receita operacional provém exclusivamente da comercialização da energia elétrica produzida pelas PCHs. Nesse contexto, as demonstrações financeiras não trazem nota explicativa de informação por segmento.

4.3. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo quando forem parte das disposições contratuais dos instrumentos.

4.3.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, em uma das categorias a seguir, de acordo com sua natureza e finalidade: (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) custo amortizado. A Companhia considerou dois fatores para definir a classificação dos ativos financeiros: o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais.

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia e suas controladas tenham transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, bem como não retém o controle sobre o ativo financeiro.

4.3.2. Passivos financeiros

São classificados no reconhecimento inicial ao: (i) custo amortizado; ou (ii) mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável, utilizando o método de juros efetivos. Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações são liquidadas, extintas e canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a soma da contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Os passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e designados como tais no reconhecimento inicial. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

4.3.2.1. Debêntures

Estão demonstradas pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos financeiros pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos até as datas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas (custo amortizado), líquido dos custos de transação.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4.3.3. Contabilização de “hedge” (“hedge accounting”)

A Brasil PCH designa determinados derivativos como instrumentos de “hedge” de fluxo de caixa.

No início da relação de “hedge”, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge”, juntamente com seus objetivos de gestão de riscos e sua estratégia. Além disso, no início do “hedge” e em base contínua, o Grupo avalia se o instrumento de “hedge” é efetivo na compensação de variações nos fluxos de caixa do item objeto de “hedge”, que é quando as relações de “hedge” atendem todas às exigências de efetividade.

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos e outros instrumentos de “hedge” qualificáveis que são designados e qualificados como “hedges” de fluxos de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido. O ganho ou a perda relacionada à parcela não efetiva é reconhecido imediatamente no resultado do exercício.

A Companhia descontinua a contabilização de “hedge” apenas quando a relação de “hedge” (ou parte dela) deixa de atender os critérios de qualificação. Isso inclui circunstâncias nas quais o instrumento de “hedge” vence ou é vendido, rescindido ou exercido. A descontinuação é contabilizada prospectivamente.

4.3.4. Compensação de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros somente são compensados quando o Grupo possui o direito contratual e a intenção de liquidar os instrumentos financeiros em base líquida ou simultaneamente.

4.4. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas do Grupo é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados, o qual permanece segregado em reserva específica dentro do patrimônio líquido até a sua efetiva aprovação.

4.5. Investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se detém ou não o controle de uma investida se os fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações enquadradas em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados acima.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a investida e termina quando a Companhia perde o controle sobre a investida. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a investida.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas da Brasil PCH são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas diretas e indiretas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

4.6. Imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação/construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos) ou ao valor justo (mais valia), quando da aquisição de ativo por combinação de negócios, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Grupo e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

4.7. Depreciação

A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início da operação de cada uma das 13 PCHs controladas indiretas da Companhia pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009, nº 474, de 7 de fevereiro de 2012 e nº 731 de 23 de agosto de 2016 que, no entendimento da Administração, se aproximam das vidas úteis destes ativos.

Para os móveis e utensílios e computadores e periféricos, a taxa de depreciação linear é definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, no regime de produção independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta anos (vide nota explicativa nº 1) contados do início da operação comercial da primeira unidade geradora nos termos da Lei 14.120/2021, podendo ser prorrogada por igual período, conforme Lei nº 12.783/2013 e Decreto nº 9.158/2017.

Em 10 de outubro de 2023, em decorrência da edição da Resolução Homologatória nº 3.242 da ANEEL, de 15 de agosto de 2023, foi editada a Resolução Autorizativa nº 14.896 da ANEEL, que dispõe acerca da extensão do prazo de outorga dos empreendimentos hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, nos termos da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, alterada pela Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020 (“Resolução Autorizativa”), estando incluídas nesse rol as 13 PCHs outorgadas às SPEs, indiretamente controladas pela Brasil PCH, que tiveram seu prazo de outorga estendido, nos termos do Anexo II da Resolução Autorizativa. Trata-se de compensação aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE pelos efeitos causados pelos empreendimentos hidrelétricos com prioridade de licitação e implantação indicados pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE advinda da Lei nº 13.203/2015 alterada pela Lei 14.052/2020.

Em 13 de julho de 2021 foi publicada a Lei nº 14.182 consolidando o direito a extensão do prazo das autorizações àqueles agentes que repactuaram o risco hidrológico, nos termos da Resolução Normativa 684/2015, de modo que os prazos das outorgas das usinas do Grupo foram ampliados por meio da Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

A data de término das autorizações das SPEs divulgadas na nota explicativa nº 1 já contemplam a extensão dos prazos de suas autorizações em função dessas Resoluções Normativas e Resoluções Autorizativas.

A Companhia, mediante seus órgãos técnicos, avaliou a metodologia de cálculo das taxas de depreciação utilizadas pelas controladas indiretas da Companhia, com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCPSE, e concluiu que a vida útil dos ativos das SPEs está em linha com as taxas de depreciação previstas no MCPSE e, por isso, é razoável utilizá-las.

O entendimento da Administração do Grupo é que com respaldo nas autorizações outorgadas pela ANEEL, bem como no previsto na Lei 13.360/2016, no Decreto 9158/2017, Nota Técnica 062/2018- SRG-SCG/ANEEL e na Resolução Normativa ANEEL nº 859/2019, resta claro que está facultada às empresas, a prorrogação do prazo de suas outorgas por período adicional de 30 (trinta) anos, uma única vez, mediante o pagamento pelo Uso do Bem Público (UBP) e recolhimento da Compensação Financeira Pelo Uso dos Recursos Hídricos (CFURH).

Em contraponto, ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica de cada empreendimento passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

Portanto, no caso dos empreendimentos das controladas indiretas da Companhia, não há, até o momento, qualquer indício que recomende a modificação das suas práticas contábeis utilizada para depreciação dos ativos.

O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos das Empresas à Resolução Normativa ANEEL Nº 674/2015, que aprovou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE.

Vida útil

Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	50 anos

4.8. Intangível

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que possuem vida útil econômica definida, conforme demonstrados na nota explicativa nº 15, são amortizados levando-se em consideração sua vida útil, que reflete o benefício econômico dos referidos ativos intangíveis.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

4.9. Valor recuperável de ativos

Anualmente, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas diretas e indiretas, calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo subtraído dos custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente por taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.10. Provisões para compromissos futuros e outras

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando espera-se que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

4.11. Provisões para riscos

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.12. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.13. Receita operacional

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

A receita é reconhecida quando a energia é gerada e os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A titularidade legal é transferida, conforme determinações legais do contrato de suprimento de energia elétrica, ou seja, todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade e é provável que benefícios econômicos associados à transação fluirão para o Grupo.

Para as contraprestações variáveis, uma receita somente é reconhecida na medida em que for considerado altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deva ocorrer.

4.14. Receita diferida e outros ativos circulantes

Os contratos de compra e venda de energia, celebrados entre as SPEs e a ENBPar, estabelecem que seja consolidado em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da CCEE. A parcela de ajuste financeiro, conforme previsão contratual, resultante dessa apuração será considerada nas faturas mensais do ano subsequente, em 12 parcelas. Os valores envolvidos são reconhecidos como receita diferida e apropriados ao resultado com base no regime de competência.

4.15. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Custos são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

4.16. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes da Companhia, da PCHPAR, da Santa Fé Energética S.A. (a partir de 01 de janeiro de 2022) e da Jataí Energética S.A. (para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024), são registrados pelo regime de competência e calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Para todas as demais empresas do Grupo o regime fiscal adotado pelas controladas indiretas foi do lucro presumido. Com base nesse critério, o resultado para fins de imposto de renda e contribuição social foi calculado aplicando-se sobre a receita as alíquotas definidas para sua atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social).

4.17. Lucro por ação

O lucro básico por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios apresentados. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro básico por ação, motivo pelo qual o lucro básico por ação é igual ao lucro por ação diluído.

4.18. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa os investimentos em aplicação financeira de conversibilidade imediata em montante conhecido e sujeito a risco insignificante de mudança de valor justo.

4.19. Arrendamentos

O Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início de sua vigência. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais as controladas sejam a arrendatária, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para esses arrendamentos, O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, o Grupo usa sua taxa incremental de captação.

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS APRESENTADAS

Na aplicação das políticas contábeis a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não sejam facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- (i) Redução ao valor recuperável dos ativos: a Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado e ativo intangível.
- (ii) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado: a Companhia determina a vida útil e o valor residual com base no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (“MCPSE”) conforme Resolução Normativa nº 674/2015 da ANEEL, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são consideradas apropriadas, conforme divulgado na nota explicativa nº 4.7.
- (iii) Provisões para compromissos futuros: as provisões para compromissos futuros são reconhecidas, principalmente, com base em custos estimados de desapropriação e reflorestamento de áreas próximas às instalações das usinas geradoras de energia elétrica e programas ambientais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como decisões de tribunais, e exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos.
- (iv) Imposto de renda e contribuição social diferidos: são reconhecidos em contrapartida aos efeitos dos ajustes financeiros dos CCVEs, registrados nas controladas indiretas.

Em 31 de dezembro de 2024, não havia, na Controladora e na PCHPar, saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias visto que não há histórico de lucro tributável, tampouco evidências positivas de lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

- (v) Ajustes Financeiros – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica: são reconhecidos em contrapartida aos ajustes de comercialização de energia, cujo impacto financeiro ocorre no ano seguinte em 12 parcelas, conforme mencionado nas notas explicativas nº 1.1 acima. A provisão é revisada e ajustada anualmente para levar em conta alterações nos dados disponibilizados pela CCEE e/ou pela ENBPar.
- (vi) Avaliação dos instrumentos financeiros: a nota explicativa nº 26 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

6. RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA

O quadro a seguir traz os principais marcos relacionados às Autorizações emitidas pela ANEEL para cada uma das pequenas centrais hidrelétricas do Grupo Brasil PCH.

PCHs	Localização	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MWm)	Data da Autorização	Início operação comercial	Término autorização (*)
Bonfante	Rio Paraibuna, Simão Pereira, MG	19	13,48	28/08/2001	02/08/2008	06/03/2042
Calheiros	Rio Itabapoana, Bom Jesus, RJ	19,5	10,92	14/01/2000	12/09/2008	08/05/2042
Caparaó	Rio Preto, Dores do Rio Preto, ES	4,5	2,61	30/12/1999	30/12/2008	14/10/2042
Carangola	Rio Carangola, Carangola, MG	15	9,57	23/12/1999	25/06/2008	13/01/2042
Funil	Rio Guanhães, Dores de Guanhães, MG	22,5	14,54	23/12/1999	05/03/2008	23/06/2041
Irara	Rio Doce, Jataí, GO	30	18,21	25/09/2002	06/09/2008	07/04/2042
Jataí	Rio Claro, Jataí, GO	30	20,35	19/12/2002	30/07/2008	20/02/2042
Monte Serrat	Rio Paraibuna, Comendador Levy Gasparian, RJ	25	18,28	28/08/2001	13/02/2009	03/12/2042
Retiro Velho	Rio da Prata, Aporé, GO	18	13,15	13/11/2002	16/06/2009	30/05/2043
Santa Fé	Rio Paraibuna, Três Rios, RJ	30	26,1	06/11/2002	09/05/2008	14/11/2041
São Joaquim	Rio Benevente, Alfredo Chaves, ES	21	13,28	19/10/2000	17/04/2008	12/10/2041
São Pedro	Rio Jucu Braço Norte, Domingos Martins, ES	30	18,41	19/11/2003	16/06/2009	13/06/2043
São Simão	Rio Itapemirim, Alegre, ES	27	15,2	23/03/2001	17/02/2009	16/12/2042

(*) O término das autorizações já contempla as extensões dos prazos de autorização das 13 PCHs, conforme divulgado na nota explicativa nº 4.7.

7. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA – PROINFA

Os quadros a seguir trazem os principais dados dos CCVEs firmados no âmbito do PROINFA em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

Inserir		Valores					Prazo			
PCH	Compradora	Valor original do contrato (milhões de reais - R\$)	Energia anual contratada - MWh	Preço histórico - R\$/MWh	Preço atualizado R\$/MWh em Junho/24	Preço atualizado R\$/MWh em Junho/23	Início	Término	Índice de correção	Mês de reajuste
Bonfante	ENBPar	281.272	115.893	121,35	441,04	442,54	jul.-08	Jul.-28	IGP-M	Junho
Carangola	ENBPar	202.548	83.456	121,35	441,04	442,54	mai.-08	abr.-28	IGP-M	Junho
Calheiros	ENBPar	228.228	94.037	121,35	441,04	442,54	set.-08	set.-28	IGP-M	Junho
Caparaó	ENBPar	54.054	22.272	121,35	441,04	442,54	jul.-08	jul.-28	IGP-M	Junho
Funil	ENBPar	302.441	124.615	121,35	441,04	442,54	mai.-08	mai.-28	IGP-M	Junho
Irara	ENBPar	379.529	156.378	121,35	441,04	442,54	jul.-08	jul.-28	IGP-M	Junho
Jataí	ENBPar	423.293	174.410	121,35	441,04	442,54	jun.-08	jun.-28	IGP-M	Junho
Monte Serrat	ENBPar	379.134	156.215	121,35	441,04	442,54	jun.-09	jun.-29	IGP-M	Junho
Retiro Velho	ENBPar	275.484	113.508	121,35	441,04	442,54	jun.-09	jun.-29	IGP-M	Junho
Santa Fé	ENBPar	546.810	225.303	121,35	441,04	442,54	jul.-08	jun.-28	IGP-M	Junho
São Joaquim	ENBPar	280.619	115.624	121,35	441,04	442,54	mai.-08	mai.-28	IGP-M	Junho
São Pedro	ENBPar	387.888	159.822	121,35	441,04	442,54	jun.-09	jun.-29	IGP-M	Junho
São Simão	ENBPar	319.677	131.717	121,35	441,04	442,54	jun.-09	jun.-29	IGP-M	Junho

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Bancos	1	1	5	10
Aplicações em Certificados de Depósitos Bancários	47.431	83.588	105.286	108.130
	<u>47.432</u>	<u>83.589</u>	<u>105.291</u>	<u>108.140</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário – CDB, junto ao Banco Itaú Unibanco (“Itaú”), apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, sendo remuneradas por taxas de mercado variando de 97,0% a 100,0% (98,0% a 101,5%, em 31 de dezembro 2023), do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fundos de investimento em renda fixa	11.997	8.931	13.593	12.850
	<u>11.997</u>	<u>8.931</u>	<u>13.593</u>	<u>12.850</u>

Referem-se a aplicações financeiras de liquidez imediata em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil. As aplicações financeiras possuem remuneração que varia de 96,0% a 104,0% (97,0% a 101,0%, em 31 de dezembro 2023) do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, cumprindo destacar que referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para classificação como equivalentes de caixa.

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (CONSOLIDADO)

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pelas SPEs no âmbito do PROINFA, no montante de R\$ 182.650 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 176.312 em 31 de dezembro de 2023), líquido dos respectivos impostos retidos na fonte, conforme cronograma contratual que prevê o pagamento das faturas em 03 (três) parcelas iguais e consecutivas, nos dias 20 e 30 do mês subsequente à competência do faturamento, e a última, no dia 10 do segundo mês subsequente. Deste montante, R\$ 105.917 (R\$ 79.424 em 31 de dezembro de 2023) referem-se ao Desconto Mensal do Prêmio de Repactuação do Risco Hidrológico (“PRRH”), tratado na nota explicativa 1.2 acima.

Cumpramos ressaltar que o Grupo não constitui provisão para perdas de créditos esperados, levando em consideração sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas e das próprias características do PROINFA, valendo destacar, dentre elas, a neutralidade garantida à ENBPar, como administradora do programa.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS - CONSOLIDADO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Tributários (a)	5.052	3.348	16.320	10.962
Desapropriações e servidões (b)	-	-	4.030	11.954
Trabalhistas (c)	52	52	221	215
Cíveis	-	-	33	46
	<u>5.104</u>	<u>3.400</u>	<u>20.604</u>	<u>23.177</u>

(a) Refere-se ao processo envolvendo PIS e COFINS sobre receitas financeiras, referente ao restabelecimento das alíquotas pelo Decreto nº 8.426/15 com efeitos na Brasil PCH, e ao IR/CSLL sobre indenização de bens sinistrados das SPEs São Joaquim Energia S.A. e Santa Fé Energética S.A. (controladas indiretas).

(b) Algumas controladas indiretas da Companhia são autoras de processos judiciais, nos quais reivindicam a propriedade de terrenos por desapropriação ou restrição do seu uso por servidão administrativa, conforme o caso. Estes terrenos estão sendo utilizados nas instalações das PCHs e das linhas de transmissão de interesse restrito. Durante o exercício de 2024, o Grupo registrou o montante de R\$ 3.510 em contrapartida da rubrica “Provisão para Compromissos Futuros”, em função dos depósitos já terem sido levantados pelos detentores dos direitos de propriedade ou de servidão de passagem.

(c) Algumas controladas indiretas da Companhia são responsáveis e corresponsáveis (solidária ou subsidiariamente) em processos judiciais, nos quais está em discussão o pagamento de verbas trabalhistas pela Brasil PCH e/ou pelas SPEs e por empresas terceiras, conforme o caso.

12. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Conforme nota explicativa nº 1, a Companhia detém, individualmente, o controle da PCHPAR – PCH Participações S.A. que, por sua vez, controla, também individualmente as 13 SPEs, em ambos os casos com participação equivalente a 100% do Capital Social.

Movimentação dos saldos

	31/12/2024	31/12/2023
No início do exercício	841.505	967.917
Dividendos adicionais aprovados	(253.416)	(379.827)
Dividendos mínimos obrigatórios e dividendos intermediários do exercício corrente	(252.121)	(279.431)
Equivalência patrimonial	491.878	532.846
No fim do exercício	<u>827.846</u>	<u>841.505</u>

(a) Informações da controlada direta

Os principais saldos patrimoniais da PCHPAR – PCH Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são apresentados como segue:

	31/12/2024				
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
PCHPAR Participações S.A.	107.933	891.697	171.611	173	827.846
Total	<u>107.933</u>	<u>891.697</u>	<u>171.611</u>	<u>173</u>	<u>827.846</u>
	31/12/2023				
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
PCHPAR Participações S.A.	115.858	903.720	177.916	156	841.506
Total	<u>115.858</u>	<u>903.720</u>	<u>177.916</u>	<u>156</u>	<u>841.506</u>

Os principais saldos de resultado da PCHPAR – PCH Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são apresentados como segue:

	31/12/2024				
	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
PCHPAR Participações S.A.	-	-	491.891	491.878	491.878
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>491.891</u>	<u>491.878</u>	<u>491.878</u>
	31/12/2023				
	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
PCHPAR Participações S.A.	-	-	532.850	532.847	532.847
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>532.850</u>	<u>532.847</u>	<u>532.847</u>

(b) Informações das controladas indiretas

Os principais saldos patrimoniais das controladas indiretas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são apresentados como segue:

	31/12/2024				
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
Bonfante	14.889	69.046	20.939	1.974	61.022
Calheiros	12.110	54.621	11.744	1.400	53.587
Caparaó	2.945	18.468	1.989	459	18.965
Carangola	10.724	39.249	12.691	1.036	36.246
Funil	15.732	56.178	12.234	3.207	56.469
Irara	19.957	86.446	18.017	4.221	84.165
Jatai	37.836	85.226	50.756	1.223	71.083
Monte Serrat	20.043	95.891	16.419	2.521	96.994
Retiro Velho	14.591	85.009	11.081	2.457	86.062
Santa Fé	49.886	144.110	77.898	22.014	94.084
São Joaquim	15.074	60.418	17.164	3.425	54.903
São Pedro	21.927	93.356	12.397	995	101.891
São Simão	16.911	76.564	15.801	1.660	76.014
Total	<u>252.625</u>	<u>964.582</u>	<u>279.130</u>	<u>46.592</u>	<u>891.485</u>

	31/12/2023				
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
Bonfante	13.352	69.569	18.091	2.930	61.900
Calheiros	11.032	54.902	10.516	1.790	53.628
Caparaó	2.926	18.100	1.915	220	18.891
Carangola	9.726	40.530	14.524	1.119	34.613
Funil	14.421	57.768	14.407	2.824	54.958
Irara	17.980	89.333	17.138	6.632	83.543
Jatai	19.906	86.385	23.390	1.683	81.218
Monte Serrat	18.008	97.052	13.109	3.248	98.703
Retiro Velho	13.053	87.298	10.560	3.815	85.976
Santa Fé	48.131	149.755	75.613	25.664	96.609
São Joaquim	13.309	63.649	18.201	3.675	55.082
São Pedro	20.599	95.269	11.919	1.817	102.132
São Simão	15.272	79.022	16.238	1.798	76.258
Total	<u>217.715</u>	<u>988.632</u>	<u>245.621</u>	<u>57.215</u>	<u>903.511</u>

Os principais saldos de resultado das controladas indiretas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são apresentados como segue:

	31/12/2024				
	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
Bonfante	48.794	39.006	37.370	37.392	35.810
Calheiros	39.757	31.006	29.676	29.706	28.421
Caparaó	9.428	6.608	6.395	6.426	6.130
Carangola	35.367	28.435	26.747	26.563	25.424
Funil	52.096	43.524	42.499	42.809	40.982
Irara	66.005	54.811	54.222	54.820	52.672
Jataí	69.118	55.468	53.534	53.864	35.731
Monte Serrat	66.243	53.531	53.240	53.359	51.167
Retiro Velho	47.766	36.758	36.233	36.238	34.664
Santa fé	90118	75833	70609	71140	47615
São Joaquim	49.336	41.008	39.913	39.901	38.306
São Pedro	67.893	56.934	55.010	55.247	52.967
São Simão	55.737	45.393	43.953	43.926	42.118
Total	697.658	568.315	549.401	551.391	492.007

	31/12/2023				
	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
Bonfante	50.136	41.224	39.628	39.660	38.020
Calheiros	40.758	31.814	30.614	30.662	29.324
Caparaó	9.611	6.992	6.811	6.851	6.545
Carangola	36.254	29.071	25.319	25.389	24.206
Funil	52.831	44.548	43.762	42.815	41.075
Irara	67.133	56.092	55.400	55.552	53.338
Jataí	74.845	62.856	60.922	61.021	58.563
Monte Serrat	67.953	57.113	56.585	56.814	54.530
Retiro Velho	49.013	39.656	39.288	39.401	37.764
Santa fé	92.404	78.994	77.188	77.721	51.136
São Joaquim	50.116	41.961	41.087	41.173	39.534
São Pedro	69.467	58.685	56.880	57.288	54.898
São Simão	57.070	47.130	45.818	45.877	44.000
Total	717.591	596.136	579.302	580.224	532.933

(c) Dividendos a receber

	<u>Controladora</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	82.163
Dividendos aprovados	659.258
Dividendos recebidos	<u>(563.507)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	177.914
Saldo em 31 de dezembro de 2023	177.914
Dividendos aprovados	505.537
Dividendos recebidos	<u>(511.842)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u><u>171.609</u></u>

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou os principais saldos e transações com partes relacionadas, e seus efeitos são assim demonstrados:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Ativo circulante – partes relacionadas (*)</u>		
Bonfante	271	316
Calheiros	217	281
Caparaó	54	146
Carangola	135	160
Funil	196	232
Irara	343	344
Jataí	314	339
Monte Serrat	339	388
Retiro Velho	281	331
Santa Fé	360	400
São Joaquim	181	231
São Pedro	296	355
São Simão	292	335
Total	<u>3.279</u>	<u>3.858</u>
<u>Ativo circulante - dividendos a receber</u>		
PCHPAR – PCH Participações S.A.	<u>171.609</u>	<u>177.914</u>

As práticas e condições das transações com partes relacionadas acima se deram em condições acordadas com as partes.

(*) Os montantes relativos a outros ativos circulantes referem-se ao rateio do prêmio do seguro de risco operacional.

Remuneração do Pessoal Chave

Em 31 de dezembro de 2024, registrou-se o pagamento, a título de remuneração das pessoas chave, do montante de R\$ 1.937 (R\$ 1.931 em 31 de dezembro de 2023) pela Companhia e por suas controladas diretas e indiretas. Ressalta-se que não há outros benefícios de curto prazo, pós emprego ou benefícios de longo prazo.

14. IMOBILIZADO

(a) Composição do imobilizado

	Taxa de Depreciação	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Terrenos (*)	1,90%	-	-	37.756	45.868
Direitos sobre arrendamento	37,8%	523	1.586	523	1.586
Turbina hidráulica	2,50%	-	-	113.717	113.294
Conduto forçado	3,13%	-	-	25.863	27.391
Gerador	3,33%	-	-	57.542	61.431
Comporta	3,33%	-	-	18.782	20.011
Subestação unitária	3,57%	-	-	31.564	34.250
Estrutura de tensão	3,57%	-	-	15.575	14.566
Casa de força produção hidráulica	2,00%	-	-	308.727	316.650
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	-	-	253.627	256.672
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	572	779	52.391	55.336
Imobilizado em Curso	-	-	15	12.666	2.111
		<u>1.095</u>	<u>2.380</u>	<u>928.733</u>	<u>949.166</u>

(*) Terrenos vinculados às SPEs depreciados de acordo com o período de autorização, considerando a renovação por mais 30 anos.

(b) Movimentação do imobilizado – consolidado

	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2024
Custo:					
Terrenos	45.868	362	(10.435)	4.379	40.174
Direitos sobre arrendamento	2.778	-	(440)	-	2.338
Turbina hidráulica	175.671	-	(12)	4.838	180.497
Conduto forçado	49.897	-	-	34	49.931
Gerador	117.051	-	(6)	15	117.060
Comporta	37.455	-	-	12	37.467
Subestação unitária	75.061	-	(8)	-	75.053
Estrutura de tensão	28.897	-	(171)	2.125	30.851
Casa de força produção hidráulica	449.491	-	-	1.077	450.568
Reservatório, barragem, adutora	350.437	1.929	-	1.864	354.230
Outras máquinas e equipamentos	100.429	-	(205)	985	101.209
Imobilizado em curso (*)	2.111	26.574	(690)	(15.329)	12.666
	<u>1.435.146</u>	<u>28.865</u>	<u>(11.967)</u>	<u>-</u>	<u>1.452.044</u>

	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2024
(-) Depreciação:					
Terrenos	-	(2.418)	-	-	(2.418)
Direitos sobre arrendamento	(1.192)	(623)	-	-	(1.815)
Turbina hidráulica	(62.377)	(4.404)	1	-	(66.780)
Conduto forçado	(22.506)	(1.562)	-	-	(24.068)
Gerador	(55.620)	(3.898)	-	-	(59.518)
Comporta	(17.444)	(1.241)	-	-	(18.685)
Subestação unitária	(40.811)	(2.682)	4	-	(43.489)
Estrutura de tensão	(14.331)	(1.036)	91	-	(15.276)
Casa de força produção hidráulica	(132.841)	(9.000)	-	-	(141.841)
Reservatório, barragem, adutora	(93.765)	(6.838)	-	-	(100.603)
Outras máquinas e equipamentos	(45.093)	(3.910)	185	-	(48.818)
	<u>(485.980)</u>	<u>(37.612)</u>	<u>281</u>	<u>-</u>	<u>(523.311)</u>
Imobilizado Líquido	<u>949.166</u>	<u>(8.747)</u>	<u>(11.686)</u>	<u>-</u>	<u>928.733</u>

- (*) Foi aprovada pela ANEEL a Resolução Normativa nº 1.085 ("REN1085"), que altera a Resolução Normativa ANEEL nº 1.033 de 26.07.2022 (revogou a REN409), estabelecendo duas metodologias para apuração do desempenho das usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente, dentre elas uma pressupõe a instalação de Sistema de Medição de Indisponibilidade ("SMI"), já em curso pelas SPEs. Os ativos que compõe o SMI foram registrados ao longo do exercício de 2024 sob a rubrica "Imobilizações em curso" e serão transferidos para a rubrica definitiva assim que o sistema estiver em condição de funcionamento na forma pretendida pela administração.

	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
Custo:				
Terrenos	43.886	1.982	-	45.868
Direitos sobre arrendamento	2.507	271	-	2.778
Turbina hidráulica	175.568	103	-	175.671
Conduto forçado	49.359	538	-	49.897
Gerador	116.746	305	-	117.051
Comporta	37.279	176	-	37.455
Subestação unitária	75.134	17	(90)	75.061
Estrutura de tensão	28.525	402	(30)	28.897
Casa de força produção hidráulica	446.608	2.883	-	449.491
Reservatório, barragem, adutora	349.148	1.289	-	350.437
Outras máquinas e equipamentos	97.846	2.615	(32)	100.429
Imobilizado em curso	<u>1.686</u>	<u>425</u>	<u>-</u>	<u>2.111</u>
	<u>1.424.292</u>	<u>11.006</u>	<u>(152)</u>	<u>1.435.146</u>
(-) Depreciação:				
Direitos sobre arrendamento	(577)	(615)	-	(1.192)
Turbina hidráulica	(57.987)	(4.390)	-	(62.377)
Conduto forçado	(20.955)	(1.551)	-	(22.506)
Gerador	(51.727)	(3.893)	-	(55.620)
Comporta	(16.207)	(1.237)	-	(17.444)
Subestação unitária	(38.176)	(2.680)	45	(40.811)
Estrutura de tensão	(13.322)	(1.023)	14	(14.331)
Casa de força produção hidráulica	(123.884)	(8.957)	-	(132.841)
Reservatório, barragem, adutora	(86.972)	(6.793)	-	(93.765)
Outras máquinas e equipamentos	(41.298)	(3.825)	30	(45.093)
	<u>(451.105)</u>	<u>(34.964)</u>	<u>89</u>	<u>(485.980)</u>
Imobilizado Líquido	<u>973.187</u>	<u>(23.958)</u>	<u>(63)</u>	<u>949.166</u>

15. INTANGÍVEL

(a) Composição do intangível

	Taxa de Amortização	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Servidões (*)	-	-	-	2.638	2.911
Software	20%	118	119	1.264	1.481
Medidas compensatórias	10 a 25%	-	-	14.767	13.631
Indenização de terras	-	-	-	895	1.826
Registro de terras	-	-	-	1.126	1.809
		<u>118</u>	<u>119</u>	<u>20.690</u>	<u>21.658</u>

(*) Os ativos intangíveis de servidão vinculados às SPEs são amortizados dentro do período da autorização, considerando a renovação por mais 30 anos.

(b) Movimentação do intangível – consolidado

	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
Custo:				
Servidões	2.911	38	(30)	2.919
Software	4.356	374	-	4.730
Medidas compensatórias	37.575	4.167	-	41.552
Indenização de terras	1.826	-	(931)	895
Legalização de terras	1.809	-	(683)	1.126
	<u>48.477</u>	<u>4.579</u>	<u>(1.644)</u>	<u>51.412</u>
(-) Amortização:				
Servidões	-	(281)	-	(281)
Software	(2.875)	(591)	-	(3.466)
Medidas compensatórias	(23.944)	(2.841)	-	(26.785)
	<u>(26.819)</u>	<u>(3.713)</u>	<u>-</u>	<u>(30.532)</u>
Intangível líquido	<u>21.658</u>	<u>866</u>	<u>(1.644)</u>	<u>20.880</u>

	31/12/2022	Adições	31/12/2023
Custo:			
Servidões	2.911	-	2.911
Software	4.015	341	4.356
Medidas compensatórias	26.902	10.673	37.575
Indenização de terras	1.785	41	1.826
Legalização de terras	1.498	311	1.809
	<u>37.111</u>	<u>11.366</u>	<u>48.477</u>
(-) Amortização:			
Software	(2.296)	(579)	(2.875)
Medidas compensatórias	(21.160)	(2.784)	(23.944)
	<u>(23.456)</u>	<u>(3.363)</u>	<u>(26.819)</u>
Intangível líquido	<u>13.655</u>	<u>8.003</u>	<u>21.658</u>

Valor recuperável dos ativos

Anualmente, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. A Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado e ativo intangível.

16. DEBÊNTURES E INSTRUMENTO FINANCEIRO DERIVATIVO

Em deliberação da assembleia geral extraordinária realizada em 1º de outubro de 2018, os acionistas da Brasil PCH, aprovaram a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2 (duas) séries, para distribuição pública com esforços restritos, da Brasil PCH S.A., no valor total de R\$ 900.000 ("Debêntures").

As Debêntures serão pagas trimestralmente, juros e principal, sempre nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano. Os primeiros pagamentos ocorreram em 15 de fevereiro de 2019 e os últimos se darão em 15 de novembro de 2026.

a) Composição das Debêntures

	Quantidade	Valor Nominal	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures – 1ª Serie (CDI + 2,39%)	450.000	0,3757	169.069	237.842
Debêntures – 2ª Série (IPCA +8,2647%)	450.000	0,5201	234.061	313.569
(-) Custo com transação com debêntures			(2.454)	(3.792)
			<u>400.676</u>	<u>547.619</u>
Instrumento financeiro derivativo – ("SWAP")			62.037	80.495
			<u>462.713</u>	<u>628.114</u>
Passivo circulante			211.842	181.975
Passivo não circulante			250.871	446.139

b) Movimentação das Debêntures e Instrumento financeiro derivativo

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	628.114	780.753
Encargos provisionados	61.770	84.793
Custo de transação	1.338	1.338
Pagamento principal	(159.613)	(166.116)
Pagamento de juros sobre debêntures	(50.438)	(71.448)
Pagamento de instrumento financeiro derivativo	(24.613)	(18.324)
Recebimento de juros sobre instrumento financeiro derivativo	4.238	9.228
Perda com instrumento financeiro derivativo, líquido	9.639	4.534
Marcação a valor justo do instrumento financeiro derivativo	(7.722)	3.356
	<u>462.713</u>	<u>628.114</u>

A Companhia está sujeita a cláusulas restritivas (“covenants”), incluindo entre outros, garantias reais, restrições quanto à mudança, transferência ou cessão de controle societário, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência dos credores. As cláusulas restritivas e as garantias relacionadas à operação são as seguintes:

I. Garantias

Os debenturistas da Brasil PCH estão garantidos pela (i) alienação fiduciária da totalidade das ações (i.a) de emissão das SPEs detidas pela PCHPAR, e (i.b) de emissão da PCHPAR detidas pela Companhia, existentes e que venham a ser emitidas (“Ações Alienadas”); bem como (ii) cessão fiduciária (ii.a) dos direitos emergentes das autorizações concedidas às SPEs pela ANEEL (“Autorizações”), (ii.b) de todos os direitos creditórios que venham a ser devidos às SPEs no âmbito de Contratos de Compra e Venda de Energia celebrados com a Eletrobrás no âmbito do PROINFA (“CCVEs”), (ii.c) dos direitos creditórios oriundos de determinados seguros contratados pela Companhia, em nome das SPEs, ou pelas SPEs em nome próprio (“Seguros”), (ii.d) de todos os frutos, lucros, rendimentos, remuneração, reembolso de capital, bonificações, vantagens, juros, distribuições e demais direitos expressamente atribuídos às Ações Alienadas (“Direitos Relacionados às Ações Alienadas”), (ii.e) todos e quaisquer direitos, inclusive recursos financeiros, provenientes das Autorizações, CCVEs, Seguros e dos Direitos Relacionados às Ações Alienadas, e (ii.f) de todos os rendimentos decorrentes dos investimentos realizados com os recursos depositados nas contas vinculadas, incluindo aplicações financeiras, rendimentos, direitos, proventos, distribuições, e demais valores a serem recebidos ou depositados nas contas vinculadas, e (iii) fiança das SPEs; nos termos previstos na escritura de emissão, conforme aditada de tempos em tempos.

II. Restrições

Os *Covenants* aos quais a Companhia e suas controladas estão sujeitas incluem, dentre outras, restrições quanto à transformação do tipo societário, mudança do controle acionário, contratação de novos empréstimos ou financiamentos a partir de determinados valores, alteração do objeto social, dissolução, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência dos credores. Adicionalmente, a Companhia deve manter, durante o período de vigência das debêntures, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) superior ou equivalente a 1,20x, apurados com base as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia atendeu apresentando ICSD de 2,42x (em 2023 atingiu 2,34x). O não cumprimento dos *Covenants* e demais disposições contratuais podem sujeitar a Companhia ao vencimento antecipado da dívida.

c) Instrumento financeiro derivativo - “SWAP” designado como “hedge” de fluxo de caixa

Para a 1ª Série das Debêntures, contratou-se, junto ao Banco Itaú, operação de SWAP, trocando a remuneração da - 1ª Série (CDI+2,39%), de modo a torná-la igual à remuneração da 2ª série (IPCA+8,2647%). Essa transação foi qualificada como “hedge” de fluxo de caixa, sendo os efeitos decorrentes da variação do valor justo do instrumento financeiro derivativo de proteção reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido, na rubrica de “Ajustes de Avaliação Patrimonial”.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, as informações sobre a marcação a mercado do SWAP são conforme abaixo demonstradas:

Data de vencimento da operação	Valor inicial	Exercício	Saldo banco (passivo - curva IPCA)	Saldo cliente (Ativo - curva CDI)	Ganho (perda) – valor da curva	Ganho (perda) na marcação a mercado “Swap” - MTM
16/11/2026	450.000	31/12/2023	313.570	237.841	(75.729)	(4.766)
16/11/2026	450.000	31/12/2024	234.061	169.068	(64.993)	2.956

17. PROVISÕES PARA COMPROMISSOS FUTUROS (CONSOLIDADO)

	31/12/2023	Adição	Reversão (i)	Pagamentos	Atualização Financeira	31/12/2024
Compromissos socioambientais (a)	19.259	1.929	(6.746)	(1.053)	320	13.709
Provisão p/ medidas compensatórias (b)	18.334	4.167	-	(4.239)	646	18.908
Provisão p/ registro de terras (c)	1.809	-	(683)	-	-	1.126
Provisão p/ indenizações de terras (d)	13.933	-	(8.120)	-	-	5.813
Total	53.335	6.096	(15.549)	(5.292)	966	39.556
Passivo circulante	8.380					8.261
Passivo não circulante	44.955					31.295

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, frente aos andamentos mais recentes dos órgãos licenciadores, o montante provisionado referente ao Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial - PACUERA foi revisado, resultando em redução do montante provisionado para Compromissos Socioambientais destinados à aquisição de terras.

	31/12/2022	Adição	Pagamentos	Atualização Financeira	31/12/2023
Compromissos socioambientais (a)	18.376	1.856	(1.261)	288	19.259
Provisão p/ medidas compensatórias (b)	10.790	10.747	(3.679)	476	18.334
Provisão p/ registro de terras (c)	1.499	310	-	-	1.809
Provisão p/ indenizações de terras (d)	13.690	243	-	-	13.933
Total	44.355	13.156	(4.940)	764	53.335
Passivo circulante	6.245				8.380
Passivo não circulante	38.110				44.955

- (a) Provisão para compromissos socioambientais: em decorrência da implantação das PCHs, foi enviado aos órgãos ambientais o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial (“PACUERA”) de cada empreendimento, que prevê o disciplinamento das áreas de preservação permanente, com foco na conservação e restauração ambiental, de modo que o Grupo precisa, dentre outras atividades, adquirir as respectivas áreas de terra.

- (b) Provisão para medidas compensatórias: todas as PCHs do Grupo possuem licença de operação obtida junto ao respectivo órgão ambiental, estando todas válidas e em vigor. Para obtenção da licença de operação, é necessário o cumprimento integral de diversos compromissos ambientais, tais como, programas de educação ambiental, monitoramento de fauna terrestre, monitoramento de fauna aquática, monitoramento de limnologia e qualidade da água, dentre outros, cujos custos estimados pelo Grupo estão registrados nesta rubrica.
- (c) Provisão registro de terras: o Grupo possui imóveis próprios e servidões administrativas pendentes de regularização dos seus registros imobiliários perante os competentes cartórios, de modo que são provisionados os recursos necessários.
- (d) Provisão para indenização de terras: para construção das PCHs, foi necessário que as SPEs adquirissem terras e instituíssem servidões. Em alguns casos não houve consenso entre as partes envolvidas para celebração dos acordos e contratos, razão pela qual as demandas passaram a ser discutidas judicialmente, de modo que os valores das indenizações estão provisionados nessa rubrica.

18. IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E TAXAS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	-	37.424	23.439
Imposto de renda e contribuição social a recolher (depósitos judiciais) (a)	-	-	11.260	8.867
Encargo de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (EUSD)	-	-	879	920
PIS e COFINS sobre receita financeira	5.085	3.367	5.085	3.367
Impostos diferidos (b)	-	-	785	649
Outros tributos a recolher	15	42	2.004	1.847
Total	<u>5.100</u>	<u>3.409</u>	<u>57.437</u>	<u>39.089</u>
Passivo circulante	31	3.409	41.107	30.222
Passivo não circulante	5.069	-	16.330	8.867

- a) Refere-se ao IRPJ e CSLL provisionados sobre as indenizações de sinistro das controladas indiretas, Santa Fé e São Joaquim, recolhidos via depósito judicial.
- b) Refere-se aos impostos incidentes sobre a parcela diferida da receita.

19. RECEITA DIFERIDA (CONSOLIDADO)

(a) Composição da receita diferida

	31/12/2024	31/12/2023
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	4.251	4.143
Total	<u>4.251</u>	<u>4.143</u>

(b) Movimentação da receita diferida

	31/12/2023	Adição	Realização	31/12/2024
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	4.143	4.811	(4.703)	4.251
	<u>4.143</u>	<u>4.811</u>	<u>(4.703)</u>	<u>4.251</u>

	<u>31/12/2022</u>	<u>Adição</u>	<u>Realização</u>	<u>31/12/2023</u>
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	1.773	4.315	(1.945)	4.143
	<u>1.773</u>	<u>4.315</u>	<u>(1.945)</u>	<u>4.143</u>

Cumprir destacar que todas as SPEs do Grupo fizeram opção por participar do MRE, de modo que seu risco hidrológico é compartilhado com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de serem todas inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das SPEs, no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

20. PROVISÃO PARA RISCOS (CONSOLIDADO)

A Brasil PCH e as SPEs, controladas indiretas da Companhia, são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, cíveis, trabalhistas, ambientais e regulatórias.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Trabalhista	137	167
Regulatório	3.045	2.849
Tributário	1.228	999
Ambiental	55	28
Cível	389	142
Total	<u>4.854</u>	<u>4.185</u>

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo da provisão consolidada para riscos trabalhistas, tributários, regulatórios, ambientais e cíveis era de R\$ 4.854 (R\$4.185 em 31 de dezembro de 2023), conforme movimentação a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>Constituição</u>	<u>Baixas</u>	<u>Realização</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/12/2024</u>
Trabalhista	167	12	(67)	(33)	58	137
Regulatório (*)	2.849	-	-	-	196	3.045
Tributário (*)	999	196	(13)	-	46	1.228
Ambiental	28	32	(28)	-	23	55
Cível	142	304	(47)	(39)	29	389
Total	<u>4.185</u>	<u>544</u>	<u>(155)</u>	<u>(72)</u>	<u>352</u>	<u>4.854</u>

	<u>31/12/2022</u>	<u>Constituição</u>	<u>Baixas</u>	<u>Realização</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/12/2023</u>
Trabalhista	92	75	-	-	-	167
Regulatório (*)	1.542	25	(71)	-	1.353	2.849
Tributário (*)	1.188	40	(38)	(203)	12	999
Ambiental	25	2	-	-	1	28
Cíveis	123	9	-	-	10	142
Total	<u>2.970</u>	<u>151</u>	<u>(109)</u>	<u>(203)</u>	<u>1.376</u>	<u>4.185</u>

(*) Referem-se, em sua maior parte, a honorários de êxito registrados pela administração do Grupo relacionados com discussões judiciais regulatórias e tributárias.

A Brasil PCH e as SPEs possuem outros riscos relativos a questões trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda “possível”, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas (a)	937	1.437
Cíveis (b)	26.606	22.856
Ambientais (c)	441	1.380
Tributário (d)	175	651
	<u>28.159</u>	<u>26.324</u>

- (a) Ações trabalhistas se referem, principalmente, à discussão de potencial responsabilidade subsidiária de controladas das Companhias ao pagamento de verbas trabalhistas a empregados de terceiros e indenização decorrente de acidente do trabalho, assunto este restrito a apenas uma única ação judicial.
- (b) Cuidam-se de ações indenizatórias, no valor de R\$ 26.344, objetivando a condenação da Companhia em razão de potenciais danos morais e materiais decorrentes de cheias ocorridas no ano de 2020, em região à jusante da PCH São Simão.
- (c) Trata-se de ações em que figuram como rés empresas controladas da Companhia em que se discute a potencial responsabilidade civil em decorrência de prejuízos com lavra de areia.
- (d) Refere-se a ação anulatória com o objetivo de repetição de valores recolhidos a título de TUSD - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição, indevidamente recolhidos pela controlada da Companhia.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$ 109.032, representado por 94.187.831 ações, distribuídas conforme indicado abaixo:

Acionista	Quantidade de ações ON	%
Eletroriver S.A.	65.931.482	70,00
BSB Energética S.A.	28.256.349	30,00
Total	<u>94.187.831</u>	<u>100,00</u>

(b) Reservas

Reserva legal

Constituída, em conformidade com a Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”) e com o Estatuto Social da Companhia, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou para aumento do capital social. Considerando que a Companhia já atingiu o limite de 20% sobre o capital social, valores adicionais não estão sendo destinados à composição da reserva legal.

Reservas de lucros

A reserva de lucros registra o montante do lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e do cálculo dos dividendos obrigatórios e adicionais, conforme previsto art. 202, §5º, da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser paga a título de dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	423.665	448.473
(=) Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	<u>423.665</u>	<u>448.473</u>
Dividendos declarados imputado ao mínimo obrigatório já pago	-	(86.000)
Dividendos declarados imputado ao mínimo obrigatório	(105.916)	(26.118)
Dividendos declarados adicionais	(107.241)	(114.602)
Dividendos adicionais propostos	(210.508)	(221.753)

Dividendos a pagar:

	<u>Controladora e consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-
Dividendos adicionais aprovados do exercício de 2022 (*)	246.854
Dividendos intermediários distribuídos do 1º semestre de 2023 (**)	226.720
Dividendos pagos	<u>(332.854)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>140.720</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	140.720
Dividendos adicionais aprovados do exercício de 2023 (*)	221.753
Dividendos intermediários distribuídos do 1º semestre de 2024 (**)	213.158
Dividendos pagos	<u>(322.300)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>253.331</u>

(*) Os dividendos adicionais foram aprovados Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizadas nos dias 7 de fevereiro de 2024 e 15 de fevereiro de 2023.

(**) A proposição de dividendos intermediários foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizadas nos dias 12 de agosto de 2024 e 10 de agosto de 2023.

(c) Ajuste de avaliação patrimonial

Representado pelos ganhos ou perdas acumuladas dos instrumentos de “hedge” de fluxo de caixa considerados efetivos (vide na nota explicativa nº 16).

22. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS (CONSOLIDADO)

	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta:		
Venda de energia elétrica	734.550	755.372
Ajustes (*):		
Exposição ao MRE e demais ajustes financeiros	(249)	(4.612)
	<u>734.301</u>	<u>750.760</u>
Deduções à receita bruta:		
PIS e COFINS Corrente	(36.652)	(33.282)
PIS e COFINS Diferido	9	113
	<u>(36.643)</u>	<u>(33.168)</u>
Receita líquida de vendas	<u>697.658</u>	<u>717.591</u>

(*) Sendo a SPEs contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à ENBPar, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das SPEs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais. Ver nota explicativa nº 1.1.

23. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

As informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Depreciação e amortização (*)	(858)	(768)	(40.817)	(37.970)
Repactuação do risco hidrológico (NE 1.2)	-	-	(26.592)	(25.348)
Pessoal e administradores	(284)	(283)	(34.046)	(34.596)
Manutenção	-	-	(13.991)	(12.554)
Serviços de terceiros	(942)	(600)	(3.830)	(4.204)
Encargo de uso dos sistemas elétricos de distribuição (EUSD)	-	-	(10.924)	(11.024)
Seguros	(88)	100	(10.866)	(11.043)
Operação	-	-	(3.376)	(2.136)
Meio ambiente	-	-	(868)	(413)
Tributos	(21)	(11)	(238)	(615)
Taxas setoriais	-	-	(1.202)	(1.105)
Resultado na baixa de ativos	-	-	(120)	(63)
Receita com indenização recebida (**)	-	-	-	3.797
Outras receitas (despesas), líquidas	<u>449</u>	<u>373</u>	<u>(3.245)</u>	<u>(2.291)</u>
	<u>(1.744)</u>	<u>(1.189)</u>	<u>(150.115)</u>	<u>(139.565)</u>
Custo das vendas de energia	-	-	(129.338)	(121.368)
Outras despesas, líquidas	<u>(1.744)</u>	<u>(1.189)</u>	<u>(20.777)</u>	<u>(18.197)</u>

(*) Estão sendo reduzidos aos valores de amortização e depreciação os créditos tributários de PIS/COFINS no montante de R\$ 508, apurados em 31 de dezembro de 2024, (R\$ 357 em 31 de dezembro de 2023) decorrentes de aquisição de imobilizado em função da mudança da modalidade de apuração do lucro tributário da controlada indireta Santa Fé e Jataí.

(**) A receita com indenização recebida está divulgada na Nota Explicativa nº 1.3.

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas financeiras:				
Juros, atualizações sobre dívidas financeiras	(61.770)	(84.793)	(61.770)	(84.793)
Custos de transação de debêntures	(1.338)	(1.338)	(1.338)	(1.338)
Instrumentos financeiros derivativos	(9.639)	(4.534)	(9.639)	(4.534)
PIS e COFINS s/ receita financeira	(350)	(395)	(350)	(395)
IOF s/ aplicação financeira	(129)	(97)	(901)	(1.118)
Atualização financeira sobre impostos a recolher	(1.535)	-	(3.930)	-
Outras despesas financeiras	(764)	(855)	(2.052)	(2.887)
Total	(75.525)	(92.012)	(79.980)	(95.065)
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	7.224	8.162	10.876	11.793
Atualização de depósito judicial	1.535	-	4.306	336
Instrumentos financeiros derivativos	-	296	-	296
Outras receitas financeiras	297	370	303	377
Total	9.056	8.828	15.485	12.802
Total	(66.469)	(83.184)	(64.495)	(82.263)

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado	
	2024	2023
Sociedades optantes pelo lucro presumido (a)	17.727	20.707
Sociedades optantes pelo lucro real (b)	41.656	26.583
	<u>59.383</u>	<u>47.290</u>

a) Encargo de imposto sobre a renda – SPEs tributadas pelo lucro presumido:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita corrente	558.846	653.396
Receita diferida	(28)	(4.487)
Total	<u>558.818</u>	<u>648.909</u>
Presunção IR 8%	<u>44.705</u>	<u>51.913</u>
Outras receitas	<u>2.364</u>	<u>2.967</u>
Presunção IR 15%	7.060	8.232
Presunção IR 10%	4.419	5.200
Presunção CS 12%	67.058	77.869
Presunção CS 9%	6.035	7.008
Despesa imposto IR	11.479	13.432

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Despesa imposto CS	6.248	7.275
Adicional (10% sobre o excedente)	2.880	2.880
Total da despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>17.727</u>	<u>20.707</u>

b) Encargo de imposto sobre a renda – empresas tributadas pelo lucro real:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	423.665	448.473	483.048	495.763
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(144.046)	(152.481)	(164.236)	(168.559)
Exclusões (adições) permanentes:				
Efeitos das controladas optantes pelo lucro presumido			127.245	150.144
Efeito Fiscal da equivalência patrimonial de controladas	167.239	181.168	-	-
Outras diferenças permanentes, líquidas	-	-	838	396
Crédito tributário sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias não constituído (*)	<u>(23.193)</u>	<u>(28.687)</u>	<u>(23.229)</u>	<u>(29.271)</u>
Efeito de imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(59.383)</u>	<u>(47.290)</u>
Correntes	-	-	(59.391)	(47.385)
Diferidos	-	-	8	95
Impostos controladas	-	-	(59.383)	(47.290)

(*) A Controladora possui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante aproximado de R\$ 1.378.348 em 31 de dezembro de 2024 (R\$1.320.309 em 31 de dezembro de 2023), bem como possui outras diferenças temporárias, principalmente em função do contrato de instrumento financeiro derivativo – SWAP. Em função de não haver expectativa futura de geração de base tributária, a recuperação desses créditos fiscais é remota, motivo pelo qual não foram constituídos créditos fiscais diferidos sobre tais valores. As controladas Santa Fé e Jataí possuem saldos de ativos fiscal diferido reconhecidos em função das diferenças temporárias geradas pelos ajustes financeiros do CCVE.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade do Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Quanto aos ativos, o Grupo avalia que o risco de exposição de seus recursos aplicados é baixo, uma vez que são realizadas em bancos de reconhecida liquidez, estando remuneradas a taxas de mercado variando de 96,0% a 104,0% do CDI, conforme apresentado nas notas explicativas nº 8 e nº 9.

Já quanto aos passivos, conforme saldos apurados em 31 de dezembro de 2024, o Grupo está exposto às variações do Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), em razão da atualização monetária prevista nos contratos da emissão de debêntures da Companhia.

Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez decorre de fatores que possam ocasionar a impossibilidade de o Grupo realizar os pagamentos de dívidas, incluindo aqueles relativos às debêntures, no volume, preço, e momento desejados. O Grupo mitiga o risco de liquidez ao qual está exposto por meio do monitoramento contínuo das previsões das exigências de liquidez de suas dívidas, bem como da manutenção de saldos aplicados, passíveis de resgate a qualquer momento, para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

Tabela do risco de liquidez

A seguir são apresentados os passivos financeiros não derivativos do Grupo e o montante a ser pago nos períodos destacados. Cumpre ressaltar que os passivos financeiros foram calculados de acordo com os fluxos de caixa não descontados do Grupo, tendo como base a data mais próxima na qual o Grupo possui expectativa de liquidar suas obrigações, além de considerarem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros com encerramento em 31 de dezembro de 2024.

Consolidado	Nota	Posição Contábil	Total Fluxo Futuro	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	De 1 a 8 anos
Fornecedores	-	1.526	1.526	1.526	-	-
Seguros a pagar	-	3.279	3.279	3.279	-	-
Debêntures (*)	16	403.129	461.805	53.602	168.414	239.789
Instrumento financeiro derivativo	16	62.037	74.611	6.282	24.035	44.294
Total		<u>469.971</u>	<u>541.221</u>	<u>64.689</u>	<u>192.449</u>	<u>284.083</u>

(*) A posição contábil apresentada representa somente o saldo do principal e juros registrado na data desconsiderando os custos de transação e o ajuste a valor justo de debêntures, conforme nota explicativa nº 16.

Com relação aos passivos financeiros existentes, cumpre esclarecer que o Grupo não possui operações contratadas em moeda estrangeira, razão pela qual não está sujeito a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

Com relação aos ativos e passivos financeiros do Grupo, seus valores demonstrados por categoria seguem abaixo:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<u>Ativos financeiros</u>					
Mensurados ao custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa	8	47.432	83.589	105.291	108.140
Aplicações financeiras	9	11.997	8.931	13.593	12.850
Contas a receber de clientes	10	-	-	182.650	176.312
Depósitos judiciais	11	5.104	3.400	20.604	23.177
Partes relacionadas	13	3.279	3.858	-	-
Outros ativos	-	-	-	107	691
<u>Passivos financeiros</u>					
Mensurados ao custo amortizado:					
Fornecedores	-	81	24	1.526	431
Seguros a pagar	-	3.279	3.858	3.279	3.858
Debêntures	16	403.129	551.411	403.129	551.411
Mensurados pelo valor justo:					
Instrumentos financeiros derivativos (nível 2)	16	62.037	80.495	62.037	80.495

Já no que se refere ao valor justo desses ativos e passivos financeiros, esse é calculado por meio da projeção do fluxo de caixa futuro do Grupo, tendo como base a projeção da curva da taxa de juros; na sequência, o montante é trazido a valor presente, valendo-se dos dados indicativos de preços e taxas de referência disponíveis no mercado em 31 de dezembro de 2024, ou da taxa calculada com base nas condições do pagamento do prêmio de resgate antecipado facultativo previsto na escritura de emissão de debêntures da Companhia, conforme o caso. Exceto pelas debêntures, cujo valor justo estimado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 407.837 (Nível 2) (R\$ 572.402 em 31 de dezembro de 2023), o valor justo dos demais ativos e passivos financeiros do Grupo é próximo do seu valor contábil.

	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures 1ª Série - CDI +2,39%	172.900	245.954
Debêntures 2ª Série – IPCA+8,2647%	234.937	326.448

Análise de sensibilidade de taxa de juros

Em conformidade com o CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros do Grupo, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

A análise de sensibilidade utilizou como cenário provável (Cenário I) as taxas referenciais projetadas para o ano de 2024 (fonte Boletim Focus datado de 27 de dezembro de 2024) CDI (11,75%) e IPCA (4,90%). Já os cenários II e III levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados são como seguem:

Consolidado

Operação	Nota	Exposição 31/12/2024	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Caixa e equivalentes de caixa	8	105.291	Baixa do CDI	12.372	9.279	6.186
Aplicação financeira	9	13.593	Baixa do CDI	1.597	1.198	799
	16		Aumento do	30.813	38.517	46.220
Debêntures - Itaú + "swap"		234.061	IPCA+8,2647			
	16		Aumento do			
Debêntures - Santander		234.061	IPCA+8,2647	30.813	38.517	46.220

A Companhia considera que a variação de 25% e 50% representam uma sensibilidade apropriada considerando a variação histórica dos respectivos indicadores no período analisado.

Hierarquia do valor justo

A Companhia estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia e por suas controladas, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não-observáveis.

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.
- Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve transferência entre avaliação de valor justo Nível 1 e Nível 2 nem entre Nível 2 e Nível 3.

Gestão de risco de capital

Considerando que o Grupo possui debêntures emitidas, está exposto ao risco de capital em virtude de sua alavancagem financeira que, embora proporcione oportunidades de retorno aos acionistas, aumenta a exposição do Grupo a possíveis oscilações nos resultados operacionais, fator que pode afetar o retorno sobre o patrimônio líquido.

Com o objetivo de mitigar essa exposição ao risco de capital, o Grupo monitora a dívida (debêntures) e seus indicadores financeiros de forma constante, bem como realiza análises de sensibilidade à variação das taxas de juros e dos fluxos de caixa, de modo a garantir a longevidade dos negócios da Companhia e a maximização do retorno aos acionistas.

Um dos mecanismos de monitoramento utilizado pelo Grupo é o índice de alavancagem financeira, que corresponde ao endividamento líquido expresso como percentual do capital total, em que o endividamento líquido é equivalente ao saldo total das debêntures (incluindo o pagamento das parcelas no curto e no longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa; e o capital total é apurado através da soma do endividamento líquido com o patrimônio líquido, excluídos os custos de captação.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024, comparados àqueles obtidos em 31 de dezembro de 2023, são:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures (nota explicativa nº 16)	403.129	551.411	403.129	551.411
(-) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (nota explicativa nº 8 e 9)	(59.429)	(92.520)	(118.884)	(120.990)
Total de caixa e equivalentes de caixa e dívida, líquido (a)	<u>343.700</u>	<u>458.891</u>	<u>284.245</u>	<u>430.421</u>
Total do patrimônio líquido	<u>344.302</u>	<u>347.825</u>	<u>344.302</u>	<u>347.825</u>
Total do capital (b)	<u>688.002</u>	<u>806.716</u>	<u>628.547</u>	<u>778.246</u>
Índice de alavancagem financeira % (a/b)	50%	57%	45%	55%

27. COBERTURA DE SEGURO

Seguro "Directors & Officers" (D&O)

A Brasil PCH renovou, para si e suas controladas (direta e indiretas), a cobertura (em apólice única) de seguro para pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou a pagar a terceiros a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, com vigência até 14 de junho de 2025, mantendo a cobertura no montante de R\$70.000.

Seguro de responsabilidade civil

As 13 SPEs, controladas indiretas da Companhia, renovaram o seguro com cobertura no valor de R\$80.000, com vigência até 28 de abril de 2025, para cobertura de indenizações por danos civis em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

Seguro de operação

O Grupo renovou, em 27 de junho de 2024 a cobertura de seguro para riscos operacionais no montante de R\$ 311.620, com vigência até 27 de junho de 2025, em apólice única compartilhada pela Companhia e SPEs.

28. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adição/(Reversão) da provisão para contratos de arrendamento em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	(440)	271	(440)	271
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	-	-	12.039	-
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida à rubrica de depósitos judicial	-	-	3.510	-
Adição da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	-	-	6.096	13.156
Adição às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível em contrapartida à depósitos judiciais	-	-	4.749	-
Aquisição de imobilizado e intangível em contrapartida à rubrica de fornecedores e impostos	-	-	554	90
Compensação de Imposto de Renda e Contribuição Social com IRPJ e CSLL	-	-	17.639	8.246
Seguros a apropriar em contrapartida à rubrica de seguros a pagar	-	-	3.279	3.858
Marcação a valor justo do instrumento financeiro derivativo	7.722	(3.356)	7.722	(3.356)

29. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

O Conselho de Administração do Grupo autorizou a emissão e divulgação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 em 12 de fevereiro de 2025.

Composição do Conselho de Administração

Paulo Celso Guerra Lage - Presidente

Márcio Barata Diniz - Conselheiro

Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho -
ConselheiroComposição da Diretoria

Márcio Barata Diniz - Diretor Presidente

Walter Nunes Seijo Neto - Diretor

ContadorLeandro Mariano Gonçalves
CRC MG-105896/O-1